CLIPPING — COMPLEXSYS E ANDRÉ FELDMAN NA MÍDIA

Polícia não encontra produtora de 'Dark Horse' em endereço com cadastro de 200 empresas - ICL

Fonte original: ICL Notícias. Este documento é uma cópia de arquivo para clipping; o conteúdo pertence ao veículo e não foi produzido por este sistema.

Veículo	ICL Notícias (iclnoticias.com.br)
Autor	Gabriel Anjos
Data de publicação	14/09/2026 19:30
URL original	https://iclnoticias.com.br/policia-faz-busca-produtora-de-dark-horse/
Relevância	Média · Investigação e Justiça · Reportagem
Pessoas citadas	Karina Gama, Flávio Dino, Ricardo Sayeg, Jair Bolsonaro
Organizações	Instituto Conhecer Brasil (ICB), Prefeitura de São Paulo, Complexsys, Supremo Tribunal Federal
Data da coleta	29/09/2026 13:12
Situação	No ar · última verificação 26/11/2026 10:35
Versões	1

TRECHOS QUE CITAM ANDRÉ FELDMAN / COMPLEXSYS

• Outro ponto investigado envolve notas fiscais emitidas pela Complexsys Soluções Integradas, na Vila Mariana, zona sul de São Paulo, e pela JR Feijão, sediada no Ceará. (defesa/posicionamento)

• No caso da Complexsys, uma nota de R$ 2 milhões foi cancelada no mesmo dia em que foi emitida e, ainda assim, segundo a investigação, foi apresentada pelo instituto para justificar despesas do contrato com a prefeitura. (defesa/posicionamento)

RESUMO

Por Raquel Lopes (Folhapress) – A Polícia Civil de São Paulo fez uma operação de busca e apreensão em um endereço apontado como sede da produtora do filme Dark Horse e do ICB (Instituto Conhecer Brasil), mas não encontrou as empresas no local. A Polícia Civil apura se parte dos recursos públicos destinados ao programa foi desviada para a produção de Dark Horse. O endereço constava na investigação como sede do ICB, da Go Up Entertainment, produtora de Dark Horse, e da GO7 Assessoria, Produção e Marketing Cultural.

Por Raquel Lopes

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/publicador.

(Folhapress) – A Polícia Civil de São Paulo fez uma operação de busca e apreensão em um endereço apontado como sede da produtora do filme Dark Horse e do ICB (Instituto Conhecer Brasil), mas não encontrou as empresas no local. Os agentes se depararam com um coworking que mantinha cerca de 200 companhias cadastradas, sendo que nenhuma delas era a produtora procurada.

O mandado de busca e apreensão foi expedido pela Justiça no âmbito da investigação sobre o contrato de R$ 108 milhões firmado entre o ICB e a Prefeitura de São Paulo para o programa WiFi Livre SP. A Polícia Civil apura se parte dos recursos públicos destinados ao programa foi desviada para a produção de Dark Horse.

A diligência foi realizada em 1º de junho, na avenida Paulista, em São Paulo. O endereço constava na investigação como sede do ICB, da Go Up Entertainment, produtora de Dark Horse, e da GO7 Assessoria, Produção e Marketing Cultural. As três pessoas jurídicas são ligadas à investigada Karina Ferreira da Gama.

A defesa de Karina Gama afirmou, em nota, considerar positiva a decisão do ministro Flávio Dino de levantar o sigilo da investigação da Polícia Civil de São Paulo envolvendo o Instituto Conhecer Brasil e contrato firmado com a Prefeitura de São Paulo. Segundo o advogado Ricardo Sayeg, a investigada nega ter cometido qualquer ilícito, já apresentou voluntariamente mais de 20 mil páginas de documentos e continuará colaborando com as autoridades.

A defesa afirma que a divulgação dos elementos da investigação permitirá que os fatos sejam analisados de forma objetiva e sem influência de disputas políticas. No entanto, o advogado não se manifestou sobre o fato de os policiais não terem encontrado as empresas no endereço indicado durante a operação de busca e apreensão.

As informações constam de investigações da Polícia Civil de São Paulo que se tornaram públicas após decisão do ministro Flávio Dino, do STF (Supremo Tribunal Federal), de levantar o sigilo do material relacionado à apuração sobre suspeitas envolvendo a produtora do filme Dark Horse, cinebiografia do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL).

Segundo o relatório da investigação, os policiais fizeram buscas na sala comercial, mas não localizaram documentos relacionados às empresas investigadas.

Uma funcionária da GoWork, responsável pelo coworking, afirmou aos investigadores que cerca de 200 empresas estavam cadastradas no endereço. Ela disse ainda que o contrato entre a GoWork e o Instituto Conhecer Brasil havia sido cancelado. Já a Go Up Entertainment e a GO7, segundo a funcionária, aparentemente nem sequer estavam cadastradas como clientes do espaço.

A operação buscava documentos e equipamentos que pudessem ajudar a esclarecer a movimentação financeira das empresas e a destinação dos recursos do contrato. A Justiça autorizou a apreensão de computadores, celulares, mídias eletrônicas, livros fiscais, contratos, notas fiscais, faturas, recibos, relatórios de auditoria e outros registros relacionados ao fluxo de dinheiro e à execução financeira.

Apesar do conjunto de materiais procurados, o relatório não registra apreensões no endereço da Avenida Paulista. Fotografias feitas pelos investigadores mostram a fachada do edifício e o interior da pequena sala comercial onde funcionava o coworking.

Como mostrou a Folha, a operação da Polícia Civil para investigar se dinheiro público foi usado indevidamente na produção do filme cumpriu mandados de busca e apreensão também em empresas que, segundo a investigação, podem ter relação com as suspeitas de desvio de recursos.

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/publicador.

O inquérito apura ainda irregularidades na prestação de contas apresentada pelo ICB à Prefeitura de São Paulo. Entre as suspeitas estão o uso de faturas sem lastro fiscal e de notas fiscais posteriormente canceladas para justificar despesas do contrato.

Quatro faturas, que somaram R$ 8,5 milhões, foram emitidas pela Make One Lab, empresa de tecnologia instalada no Alto da Lapa, zona oeste da capital paulista.

Segundo a decisão judicial que autorizou a operação, os documentos estavam, de acordo com a investigação, “sem emissão das respectivas notas fiscais ou recolhimento tributário correspondente”. Os investigadores também apontaram que as faturas tinham numeração sequencial, mesma data de emissão e vencimento e valores fracionados, o que levantou a suspeita de montagem documental para justificar a saída de recursos.

Outro ponto investigado envolve notas fiscais emitidas pela Complexsys Soluções Integradas, na Vila Mariana, zona sul de São Paulo, e pela JR Feijão, sediada no Ceará. Os documentos, que somavam cerca de R$ 2,4 milhões, foram cancelados pelas empresas emissoras, mas apareceram na prestação de contas do ICB.

No caso da Complexsys, uma nota de R$ 2 milhões foi cancelada no mesmo dia em que foi emitida e, ainda assim, segundo a investigação, foi apresentada pelo instituto para justificar despesas do contrato com a prefeitura.

O ICB contratou ainda uma empresa de Alex Leandro Bispo dos Santos para instalar pontos de wi-fi em favelas da capital paulista. Segundo órgãos de inteligência da polícia, o empresário é membro relevante da facção criminosa PCC (Primeiro Comando da Capital) no estado. Além disso, ele foi preso por feminicídio.

Polícia

Fonte original: https://iclnoticias.com.br/policia-faz-busca-produtora-de-dark-horse/ · Coletado em 29/09/2026 13:12 · Gerado em 27/11/2026 23:47

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/publicador.